

## Entre Republicanos e Democratas: O impacto das eleições presidenciais na Política Externa dos EUA

Taymá Nabil Chamseddine \*

União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC)

\*Autor correspondente. E-mail: [taymachamseddine@gmail.com](mailto:taymachamseddine@gmail.com)

### Resumo

Este artigo analisa as políticas externas dos Estados Unidos sob Donald Trump e Joe Biden, destacando as diferenças entre as abordagens republicana e democrata. O objetivo é comparar como as políticas protecionistas de Trump contrastam com as práticas multilaterais de Biden e seu impacto nas relações internacionais. A pesquisa investiga como essas políticas divergentes influenciam a dinâmica global, especialmente no comércio, alianças e intervenções internacionais. Utilizando uma metodologia bibliográfica e qualitativa, a análise de discursos presidenciais e literatura acadêmica revela como essas abordagens afetam a estabilidade global, alianças e políticas comerciais, enfatizando a importância de entender as mudanças nas administrações americanas para prever o futuro papel dos Estados Unidos no cenário internacional.

**Palavras-chaves:** Política Externa, Republicanos, Democratas, Eleições Presidenciais, Conflitos Internacionais

### 1. Introdução

Em um cenário global cada vez mais interconectado e dinâmico, as políticas externas dos Estados Unidos (EUA) desempenham um papel fundamental na configuração da ordem mundial. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA têm sido um ator central na política internacional, com suas decisões moldando tanto as alianças quanto os conflitos globais. A presidência de Donald Trump e a administração de Joe Biden representam dois paradigmas distintos na condução da política externa americana, refletindo abordagens divergentes sobre questões cruciais como comércio, alianças e intervenções internacionais.

Donald Trump, ao assumir o cargo em 2017, trouxe uma abordagem notoriamente protecionista e unilateral para a política externa dos EUA. Sua administração priorizou a renegociação de acordos comerciais, como o NAFTA transformado em USMCA, e a retirada de compromissos multilaterais, como o Trans-Pacífico Partnership (TPP). Por

outro lado, Joe Biden, ao iniciar seu mandato em 2021, buscou reverter muitas dessas políticas, enfatizando a importância do multilateralismo e da cooperação internacional. A criação do Indo-Pacific Economic Framework (IPEF) e o reforço das alianças na Ásia-Pacífico são exemplos dessa mudança de direção.

A relevância deste estudo está na necessidade de compreender como as mudanças na liderança dos EUA impactam o cenário internacional, visto que suas decisões políticas influenciam a estabilidade econômica, conflitos regionais e alianças estratégicas dos demais países. Assim, a análise das políticas externas de Trump e Biden permite avaliar como diferentes abordagens moldam a dinâmica das relações internacionais, fornecendo insights sobre como suas estratégias afetam a estabilidade global e as relações diplomáticas.

O objetivo geral deste artigo é comparar as políticas externas de ambas as administrações e analisar os diferentes posicionamentos em relação aos diversos acontecimentos no sistema internacional, destacando suas implicações no cenário mundial. Busca-se compreender como essas abordagens impactam a estabilidade global e as relações internacionais, contribuindo para uma visão mais aprofundada das consequências das mudanças de liderança nos EUA.

Para embasar esse estudo foi utilizada predominantemente a metodologia bibliográfica e qualitativa. Assim, foi feita a coleta e análise de fontes primárias e secundárias, como discursos presidenciais, documentos oficiais e artigos acadêmicos. A revisão da literatura permitiu identificar as principais características das políticas externas das administrações Trump e Biden e suas implicações globais. Além disso, foi adotada a análise comparativa, visto que foram realizadas comparações entre as políticas adotadas por ambos os presidentes para entender como suas abordagens divergentes influenciaram a dinâmica das relações internacionais.

Enquanto primeiro capítulo teórico deste artigo delineou as tradições e diretrizes fundamentais das políticas externas republicana e democrata, ressaltando as mudanças ao longo do tempo e os reflexos dos eventos contemporâneos. O segundo, explorou as áreas de convergência e divergência na política externa dos EUA, destacando as preocupações comuns e as abordagens divergentes para enfrentar desafios globais. Já, o terceiro examinou as respostas das administrações de Trump e Biden aos conflitos internacionais, e o quarto capítulo aborda as políticas comerciais dos dois presidentes e suas diferenças significativas.

Concluindo, este artigo visa fornecer uma visão abrangente das políticas externas dos EUA e suas implicações para a política global, oferecendo uma base sólida para a compreensão do impacto da próxima eleição presidencial dos EUA no cenário internacional.

## **2. Histórico e Padrões das Políticas Externas dos Republicanos e Democratas: áreas de convergência e divergência**

O sistema eleitoral dos EUA conhecido pela sua complexidade, funciona dentro de um sistema bipartidário dominado pelos Republicanos e Democratas, que controlam a presidência, o Congresso e os governos estaduais desde 1852. O sistema de colégio eleitoral, em que os eleitores votam em delegados comprometidos com um candidato, determina o presidente. Cada estado tem um número de eleitores no colégio propor-

cional à sua população, e quase todos os estados adotam o sistema de "o vencedor leva tudo"(Tota 2008).

Os partidos Republicano e Democrata têm suas origens no século XIX, com os Republicanos surgindo do Partido Federalista/Whig e os Democratas do Partido Republicano Jeffersoniano. Inicialmente, os Republicanos eram progressistas e anti-escravistas, enquanto os Democratas, ligados aos interesses agrários do Sul, tinham conotações reacionárias após a Guerra Civil. No século XX, ambos mudaram de posição ideológica: os Democratas tornaram-se mais progressistas, especialmente sob Franklin D. Roosevelt, enquanto os Republicanos se consolidaram como conservadores (Tota 2008).

Nos EUA, "liberalismo" refere-se ao Partido Democrata, que apoia a intervenção do governo para promover igualdade social e econômica, inspirado em Franklin D. Roosevelt. Já, o "conservadorismo," associado ao Partido Republicano, defende menor intervenção governamental, valorizando o individualismo e a liberdade econômica (Vidal 2018).

Ao longo da história dos EUA, as políticas externas dos partidos Republicano e Democrata refletiram diferentes visões ideológicas e prioridades moldadas por contextos históricos. Originalmente, os Democratas representavam o sul agrícola e os Republicanos o norte industrial, mas eventos como a Grande Depressão e o fim da segregação racial alteraram essas bases. Hoje, os Republicanos reúnem conservadores sociais, fiscais e neoconservadores, enquanto os Democratas buscam equilibrar diversas demandas eleitorais, demonstrando a adaptabilidade do sistema bipartidário aos desafios globais (Doria 2008).

Lewis (2017) em seu artigo "The President and the Parties' Ideologies: Party Ideas about Foreign Policy Since 1900" e faz uma análise da política externa do governo estadunidense sob comando o Partido Republicano e Democrata durante uma época. Inicialmente Lewis (2017) destaca que entre 1890 e 1912, sob Theodore Roosevelt, o Partido Republicano adotou uma política externa intervencionista, promovendo intervenções em Cuba e nas Filipinas como missões de libertação e direitos humanos. De 1912 a 1945, o partido manteve uma postura intervencionista moderada, hesitando em se envolver em conflitos internacionais, mas ainda realizando intervenções em crises como a ocupação do Haiti e da República Dominicana.

Após a Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1969, o Partido Republicano, sob líderes como Dwight D. Eisenhower, intensificou seu intervencionismo, apoiando a contenção do comunismo durante a Guerra Fria com intervenções na Coreia e no Vietnã, apoiando regimes aliados. Durante a Era Clinton (1993 a 2001) o Partido Republicano criticou as intervenções militares dos democratas, como em Kosovo e na Somália, e começou a se posicionar como o partido que defendia uma abordagem mais cautelosa e menos intervencionista (Lewis 2017).

Durante o governo de George W. Bush (2001-2009), o Partido Republicano adotou uma política intervencionista agressiva, exemplificada pela "guerra ao terror" e pelas invasões do Afeganistão e do Iraque. Em contraste, sob Donald Trump (2016-2020), o partido passou a adotar uma abordagem mais isolacionista, priorizando os interesses dos EUA e reduzindo o intervencionismo (Lewis 2017).

Um dos exemplos dessa política externa isolacionista dos EUA durante o governo

de Trump foi a saída do Acordo de Paris. Durante sua fala, conforme destaca Garden (2017, tradução nossa) o ex-presidente Trump enfatiza que o Acordo de Paris colocava os EUA em desvantagem em relação a outros países e que sua prioridade era proteger os interesses do país e dos cidadãos americanos:

Cumprir os termos do Acordo de Paris e as pesadas restrições energéticas que ele impôs aos Estados Unidos poderia custar à América até 2,7 milhões de empregos perdidos até 2025, de acordo com os Associados de Pesquisa Econômica Nacional. Isso inclui 440.000 empregos a menos na manufatura — não é o que precisamos — acreditem, isso não é o que precisamos — incluindo empregos na indústria automobilística e a contínua devastação de indústrias americanas vitais das quais inúmeras comunidades dependem. Elas dependem de tanto e nós estaríamos dando a elas tão pouco (Garden 2017, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Essa saída do Acordo de Paris é apresentada como um dos principais acontecimentos que impactaram as relações internacionais durante o governo Trump, evidenciando a sua abordagem isolacionista e a falta de prioridade dada a questões ambientais no cenário global. Internacionalmente, essa decisão causou tensões diplomáticas e contribuiu para o isolamento dos EUA em fóruns internacionais sobre mudanças climáticas e outras questões globais.

De outro modo, seguindo o mesmo, Lewis (2017) acentua que de 1890 a 1912, o Partido Democrata se opôs ao imperialismo e às intervenções militares dos EUA, como na Guerra Hispano-Americana e na aquisição de colônias. No período entre guerras (1912–1945), a postura mudou com Woodrow Wilson, que, apesar de prometer não expandir o território, adotou uma política mais intervencionista durante a Primeira Guerra Mundial para proteger os interesses americanos.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Democratas, liderados por Truman e Johnson, adotaram uma política externa intervencionista para conter o comunismo, resultando na participação dos EUA nas guerras da Coreia e do Vietnã. No entanto, durante os governos Nixon e Ford, o partido começou a se afastar de intervenções militares diretas devido aos altos custos da Guerra do Vietnã.

Sob a presidência de Bill Clinton, o Partido Democrata adotou uma política de intervenções humanitárias justificada pela necessidade de proteção dos direitos humanos, equilibrando intervencionismo com cautela. E por fim, Lewis (2017) acentua que sob o governo de Barack Obama, de 2009 a 2017, houve um foco no multilateralismo e na diplomacia, buscando reduzir o envolvimento militar direto enquanto promovia soluções diplomáticas, como o acordo nuclear com o Irã.

Durante a presidência de Joe Biden (2021–2024), integrante do Partido Democrata, houve uma ênfase na reafirmação dos valores democráticos e liberais, com um foco na cooperação internacional e no enfrentamento de regimes autocráticos, o que contrastou fortemente com o isolacionismo e a política "America First" da era Trump, marcando uma clara mudança de direção na política externa dos EUA (Batista 2023).

Ademais, segundo Batista (2023), a política externa de Biden reflete uma reorientação geopolítica dos EUA, dando continuidade ao deslocamento iniciado por Trump.

---

1. Compliance with the terms of the Paris Accord and the onerous energy restrictions it has placed on the United States could cost America as much as 2.7 million lost jobs by 2025 according to the National Economic Research Associates. This includes 440,000 fewer manufacturing jobs — not what we need — believe me, this is not what we need — including automobile jobs, and the further decimation of vital American industries on which countless communities rely. They rely for so much, and we would be giving them so little.

O foco reduziu-se no Oriente Médio, com maior atenção ao avanço da China e ao imperialismo russo na Europa Oriental, enquanto questões como a retirada das tropas americanas do Afeganistão perderam destaque.

A análise histórica das políticas externas dos partidos Republicano e Democrata nos EUA revela uma dinâmica complexa, marcada pela alternância entre intervencionismo e isolacionismo. Essa oscilação reflete tanto as ideologias de cada partido quanto uma resposta pragmática aos desafios globais em constante mudança.

À vista disso, enquanto a política externa dos Republicanos alterna entre intervencionismo agressivo e isolacionismo, focando nos interesses nacionais imediatos, a política dos Democratas prioriza o multilateralismo e as intervenções humanitárias, buscando construir alianças e fortalecer instituições internacionais para promover uma ordem global baseada em regras e cooperação.

Além disso, vale ressaltar, que o Congresso dos EUA tem um papel crucial em moldar a política externa do país através de ações legislativas, decisões de financiamento e supervisão das ações executivas. Sendo assim, Hersman (2012, 1) aponta que:

Grandes questões podem ter sucesso ou fracassar dependendo de como o apoio do Congresso é desenvolvido e mantido. Quando as coisas dão errado, o impacto na política externa dos EUA é real—relações desgastadas com aliados críticos, sinais mistos que confundem amigos e inimigos, e diminuição da posição global dos EUA<sup>2</sup>.

A coesão entre os poderes legislativo e executivo é essencial para uma política externa eficaz, pois fortalece a posição do país e protege seus interesses nacionais. Uma política externa com apoio do Congresso tende a ser mais estável e duradoura, melhorando relações internacionais de longo prazo, independentemente das mudanças na administração presidencial.

Quando o Congresso apoia a agenda presidencial, como no caso do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), frequentemente o espírito colaborativo é exaltado. No entanto, críticos argumentam que essa cooperação pode resultar em uma simples ratificação das propostas do Executivo, sem a devida deliberação. Por outro lado, a resistência do Congresso a propostas como a autoridade de negociação rápida para acordos comerciais ou o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) é vista como um enfraquecimento do papel internacionalista dos EUA e uma limitação da autoridade presidencial (Hersman 2012).

Para compreender a complexidade da política externa dos EUA, é crucial analisar as áreas de convergência e divergência entre os partidos Republicano e Democrata, os principais partidos dos EUA. Apesar de serem partidos concorrentes e possuírem divergências, ambos compartilham metas e objetivos de política externa em comum, que refletem interesses nacionais centrais e a busca pela manutenção da influência global dos EUA.

Nesse capítulo será analisado, primeiramente, como os partidos responderam à Grande Depressão de 1929. Em seguida, explorará as variações na política externa durante a Guerra Fria em relação ao comunismo e à influência soviética. Finalmente,

2. Big issues can succeed or fail depending on how congressional support is developed and maintained. When things go wrong, the impact on U.S. foreign policy is real – frayed relations with critical allies, mixed signals that confuse friend and foe alike, and diminished U.S. global standing.

avaliará o impacto dos eventos pós-Guerra Fria, como o 11 de setembro e a ascensão da China, na formulação da política externa americana.

Durante a crise de 1929, ambos os partidos Republicano e Democrata reconheceram a gravidade da situação econômica e a necessidade de ações governamentais para mitigar os efeitos devastadores da Grande Depressão, havia um consenso sobre a indispensabilidade da intervenção governamental para aliviar a crise, criticando os excessos do liberalismo econômico que prevalecia antes da crise (Faria 2016).

Democratas e republicanos reconheceram a importância do setor agrícola e propuseram medidas para apoiar os agricultores e estabilizar os preços das commodities. Ambos também concordaram com a necessidade de um orçamento equilibrado, refletindo a preocupação com a sustentabilidade fiscal, que foi central no programa *New Deal* dos Democratas, voltado para reformas econômicas significativas (Faria 2016).

No entanto, durante essa época, os partidos divergiram em várias questões. Os democratas, segundo Faria (2016), criticaram os republicanos pelo isolacionismo econômico e pelos monopólios, propondo reformas econômicas profundas. Já os republicanos defenderam as ações de Herbert Hoover, apoiando a redução de gastos públicos e a mínima intervenção estatal nos negócios privados.

Sua abordagem conservadora e a crença de que a economia se recuperaria sem intervenção governamental significativa foram vistas como inadequadas diante da gravidade da crise e do sofrimento do povo americano. Porém, Hoover foi derrotado nas eleições de 1932 por Franklin D. Roosevelt, que prometeu um novo conjunto de políticas e programas governamentais conhecido como o *New Deal* (Faria 2016).

Logo, essas diferenças ideológicas revelam a tensão entre a necessidade de reformas imediatas e a preservação de princípios econômicos tradicionais. Essa dinâmica moldou as políticas públicas e influenciou a resposta às crises econômicas, demonstrando o impacto profundo da política interna na trajetória econômica do país.

O programa *New Deal*, conforme Segarra (2010) explica, foi dividido em duas etapas, a primeira, chamada de *First New Deal* que se desenvolveu de 1933 a 1934, e a segunda, a *Second New Deal*, que se deu entre os anos de 1935-1937. Na primeira etapa do programa, Roosevelt focou em medidas para a recuperação econômica e criação de empregos, incluindo investimentos em obras públicas, como a *Tennessee Valley Authority* (TVA), reforma do setor financeiro com a criação da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), Reforma Agrária com a *Agricultural Adjustment Act* (AAA), e regras para a indústria com a *National Industrial Recovery Act* (NIRA).

Já na segunda etapa, Roosevelt adotou medidas mais radicais voltadas para a proteção social e o desemprego. Foram criadas a *Work Progress Administration* (WPA) para fornecer empregos públicos, a *National Labour Relations Act* (NLRA), que garantiu direitos sindicais e negociações coletivas, e a *Social Security Act* instituiu um plano de pensões federais e subsídios por desemprego (Segarra 2010).

Apesar das diferenças ideológicas entre Republicanos e Democratas, a maior intervenção estatal na economia durante a crise mundial foi crucial para aliviar a população, estabelecer a base para a recuperação econômica e restaurar a confiança no governo. Com um governo comprometido em resolver problemas econômicos e sociais, os americanos passaram a acreditar novamente em um futuro próspero e seguro.

Durante a Guerra Fria, a política externa dos EUA foi profundamente influenciada pela rivalidade com a União Soviética. Segundo Trellis (1952), tanto democratas quanto republicanos compartilhavam preocupações sobre a expansão do comunismo e a necessidade de ação internacional. Ambos apoiaram compromissos com a Europa Ocidental, como o Pacto do Atlântico e o Plano Marshall, para impedir a expansão soviética e manter a estabilidade na região.

À vista disso, Trellis (1952, 17, tradução nossa)<sup>3</sup> ressalta:

Essa nota comum encontra-se em um coincidente sentido anticomunista dos dois partidos, embora mais acentuado nos republicanos. É assim que se tentou construir uma tese baseada no dilema de que ao mundo extra-russo e extra-norte-americano não resta mais solução que se filiar a uma ou outra das duas teses em presença. Por mais que nos esforcemos, não conseguimos encontrar outro aglutinante oferecido ao mundo ocidental que o de fazer frente ao perigo russo. Dada sua proeminente beligerância, essa tese do dilema: ou com Moscou ou com Washington, bem merece ser considerada em seguida.

Considerando isso, o autor demonstra que ambos os partidos, embora com intensidades distintas, compartilharam a preocupação com a expansão soviética, o que levou a uma estratégia de alinhamento global onde os demais países eram praticamente forçados a escolher entre os blocos dos EUA e da URSS, o que caracterizou o mundo bipolar.

Como foi abordado no capítulo anterior, nos EUA, o Congresso desempenha um papel fundamental na formulação de políticas externas, influenciando diretamente as decisões do Executivo. O congresso, composto tanto por Republicanos quanto por Democratas, reflete a diversidade de opiniões e interesses do país, o que frequentemente leva a debates acalorados sobre a direção da política externa.

Nesse sentido, conforme aponta Johnson (2005) durante a Guerra Fria, Christopher Dodd, um democrata liberal, destacou-se por sua oposição à política de Ronald Reagan na América Central, refletindo a tendência dos Democratas de serem céticos em relação ao uso da força militar e ao apoio a regimes autoritários. Em contraste, Richard Lugar, um republicano moderado, desempenhou um papel crucial no encerramento do apoio dos EUA ao regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas. Isso exemplifica a disposição dos Republicanos em apoiar intervenções estratégicas e mudanças de regime para promover seus interesses na região.

Após a Guerra Fria, os EUA focaram em disseminar a democracia e o capitalismo, promovendo o neoliberalismo e usando esses valores para justificar intervenções em busca de interesses estratégicos e econômicos. A administração americana priorizou a expansão desses princípios para consolidar sua influência global e alinhar a ordem internacional com seus interesses (Conde 2015).

Com isso, Pecequillo (2008 *apud* Alarcon 2012) frisa 4 prioridades dos EUA no pós-Guerra Fria, sendo elas:

---

3. Esa nota común se encuentra en un coincidente sentido anticomunista de los dos partidos, si bien más acentuado en el republicano. Es así como se intentó construir una tesis basada en el dilema a cuyo tenor al mundo extra-ruso y extra-norteamericano no le resta más solución que el adscribirse a una u otra de las dos tesis en presencia. Por más que nos esforcemos, no hemos logrado encontrar otro aglutinante ofrecido al mundo occidental que el de hacer frente al peligro ruso. Dada su prominente beligerancia, esta tesis del dilema: eco con Moscú o con Washington», bien merece ser considerada seguidamente.

1) manter a liderança internacional para a salvaguarda da estabilidade garantindo a segurança do território norte-americano e sua ação no mundo; 2) prevenir o surgimento de potências regionais hegemônicas na Eurásia; 3) combater as ameaças internacionais, que afetassem o bem-estar dos americanos, tais como, a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo internacional, o narcotráfico; e, 4) disseminar a democracia e o livre mercado.

Vale destacar que após a Guerra Fria, tanto democratas quanto republicanos apoiaram a promoção da democracia, do livre mercado e do combate ao terrorismo, embora com enfoques diferentes. Democratas priorizam a cooperação internacional e instituições multilaterais, enquanto republicanos frequentemente adotam uma abordagem unilateral e centrada nos interesses nacionais dos EUA.

Na primeira década do século XXI, a política externa dos EUA, sob George W. Bush, focou no combate ao terrorismo global e na segurança nacional após os ataques de 11 de setembro. A Doutrina Bush enfatizava a ação militar preventiva e a intervenção antecipada contra estados e grupos terroristas que ameaçassem os EUA (Costa Neto 2010).

Consoante Alarcon (2012), após os ataques de 11 de setembro, a política externa de George W. Bush foi assertiva e unilateral, focada na "Guerra ao Terror". Isso levou às invasões do Afeganistão e do Iraque, com a justificativa de combater terroristas e regimes que os apoiavam. A estratégia refletia a crença de que os EUA deveriam agir de forma independente para garantir sua segurança e promover seus valores, muitas vezes à custa de acordos internacionais e instituições multilaterais.

Ainda, a administração do republicano contou com uma visão neoconservadora, defendendo a promoção da democracia e dos valores americanos globalmente, muitas vezes utilizando uma retórica religiosa para justificar suas ações, refletindo os princípios tradicionais do Partido Republicano, como a ênfase na força militar e na desconfiança das soluções multilaterais (Alarcon 2012).

Com o fim da Guerra Fria, a política externa dos EUA, como já mencionado antes, era manter uma estabilidade e segurança mundial. Nesse caso, os EUA, tanto republicanos como democratas, buscaram evitar o surgimento de uma nova potência hegemônica na região da Eurásia, considerada uma região repleta de conflitos (Leite 2006).

Durante o governo de Richard Nixon, os EUA iniciaram a abertura diplomática com a China em 1972 para contrabalançar a influência soviética. Ronald Reagan expandiu as relações econômicas com a China, mantendo uma política de contenção. George H. W. Bush, apesar da pressão após o Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, decidiu manter os laços diplomáticos e econômicos com a China, acreditando que o engajamento contínuo promoveria mudanças internas (Leite 2006).

Durante o governo de Donald Trump (2017-2021), foram adotadas medidas rigorosas contra a China. Destacam-se a imposição de tarifas elevadas sobre produtos chineses para reduzir o déficit comercial e pressionar a mudança de práticas comerciais da China, além de sanções contra empresas como a Huawei, limitando seu acesso a tecnologias essenciais e pressionando aliados a excluí-la de suas redes de telecomunicações (Paulino e Pires 2021).

Os Democratas, sob Jimmy Carter, normalizaram as relações com a China em 1979, estabelecendo uma parceria estratégica. Durante o governo de Bill Clinton, houve tensões iniciais com a China sobre direitos humanos, mas Clinton suavizou

suas exigências e integrou a China à Organização Mundial do Comércio (OMC), equilibrando cooperação econômica com a promoção de valores democráticos. Barack Obama continuou a estratégia de "engajamento construtivo", reconhecendo a crescente influência da China e lidando com desafios no comércio e na segurança regional (Leite 2006).

Sob a liderança de Joe Biden (2021-2024), do Partido Democrata, a abordagem em relação à China se alinha em grande parte com as diretrizes estabelecidas por Trump no governo anterior. De acordo com Paulino e Pires (2021, 57), a questão da China transcende as divisões partidárias tradicionais, sendo tratada como uma preocupação estratégica fundamental por ambos os partidos:

A concepção de que a China é um rival a ser contido tornou-se uma política de Estado, um consenso bipartidário, visto que as principais iniciativas de contenção contra o país asiático, como a guerra comercial, as sanções contra dirigentes de Hong Kong, o renovado apoio a Taiwan e a criação do *Development Finance Corporation* – DFC, um banco de investimentos em infraestruturas para competir com a BRI nos países em desenvolvimento, as sanções contra a ZTE e a Huawei para contê-las no segmento de Internet de 5G e inteligência artificial, além da restrição à venda de tecnologias sensíveis, foram aprovadas por ampla maioria no Congresso.

A crescente rivalidade entre os EUA e a China reflete uma mudança na dinâmica global, com a ascensão chinesa vista como uma ameaça à hegemonia americana. Ambos os partidos, democratas e republicanos, priorizam conter a influência chinesa em economia, segurança e tecnologia, buscando garantir que a ascensão da China respeite uma ordem internacional que favoreça os interesses ocidentais e preserve o sistema global.

### 3. Impacto das presidências de Donald Trump (2017) e Joe Biden (2021) nos conflitos internacionais atuais

A geopolítica mundial está marcada por turbulências, com a invasão russa da Ucrânia em 2022 afetando a segurança europeia e as relações internacionais. Simultaneamente, a rivalidade EUA-China se intensifica, abrangendo disputas comerciais, tecnologia e competição geopolítica, especialmente em relação a Taiwan e o Mar do Sul da China. Além disso, crises humanitárias e instabilidades em países como Venezuela, México e Cuba estão destacando questões de imigração e desafiando políticas de controle de fronteiras.

A invasão da Ucrânia pela Rússia, que ocorreu no início de 2022 durante o governo de Joe Biden, surpreendeu o mundo inteiro, dado que esse tipo de conflito armado convencional era algo que muitos acreditavam pertencer ao passado, especialmente em solo europeu, onde desde a Segunda Guerra Mundial, prevalecia a ideia de estabilidade e segurança.

Durante sua administração, Biden apoiou fortemente a Ucrânia com envio de assistência militar, econômica e humanitária significativa. No dia 26 de fevereiro de 2022, Antony Blinken, Secretário de Estado dos EUA, aprovou um pacote de assistência de US\$ 350 milhões em ajuda militar para a Ucrânia, com munições e equipamentos de defesa, segundo Blinken esse pacote demonstra o apoio dos EUA à Ucrânia (Crawford 2022).

Nesse contexto, outra ajuda significativa dos EUA para a Ucrânia que ocorreu neste ano de 2024, foi o pacote de US\$ 6 bilhões, incluindo o envio de sistemas de defesa aérea Patriot, mais munições para os sistemas *National Advanced Surface-to-Air Missile Systems* (NASAMS) e equipamentos adicionais para integrar lançadores, mísseis e radares ocidentais no sistema de defesa ucraniano (Al Jazeera 2024).

Os EUA têm mantido, ao longo das décadas, uma política consistente de apoio à Ucrânia, alinhada com seus interesses estratégicos e a preservação da segurança e estabilidade europeia, independentemente do partido no poder. Contudo, enquanto essa postura é uma constante na política externa americana, o atual presidente Joe Biden e o ex-presidente Donald Trump, candidato republicano em 2024, possuem abordagens distintas para lidar com o conflito na Ucrânia.

Até em então, em sua administração, Biden tem fornecido significativo apoio à Ucrânia, incluindo assistência militar e diplomática. Recentemente, ele abriu a cúpula da OTAN em Washington com um discurso sobre a força da aliança e anunciou uma doação histórica de equipamentos de defesa aérea para a Ucrânia, em colaboração com Alemanha e Itália. Biden destacou a importância da defesa coletiva contra a ameaça russa, celebrou o aumento dos investimentos em defesa dos membros da OTAN e acordou acelerar a produção de mísseis para fortalecer a defesa dos aliados (Rosa 2024).

Em contrapartida, Trump sempre criticou os pacotes de ajuda para a Ucrânia, argumentando que os EUA assumem a maior parte do custo enquanto outros membros da OTAN contribuem menos. Ele questiona o benefício para os EUA caso a Ucrânia vença o conflito e critica o pacote de US\$ 60 bilhões recentemente aprovado com apoio republicano, conforme o deputado Don Bacon (Morgan e Sullivan 2024).

Em um comício realizado no início de fevereiro de 2024, Donald Trump afirmou que "encorajaria" a Rússia a atacar membros da OTAN que não cumprissem suas obrigações financeiras com a aliança militar liderada pelos EUA. Ele criticou os países que não alcançam a meta de gastar 2% do PIB em defesa, sugerindo que os EUA não protegeriam esses membros em caso de agressão russa (Euronews 2024).

A posição de Donald Trump reflete a doutrina *America First*, central em sua política externa, que prioriza os interesses nacionais dos EUA sobre compromissos internacionais. Assim, ele argumenta que os recursos gastos na defesa da Ucrânia seriam mais bem aproveitados para atender às necessidades internas e fortalecer a economia americana.

A política dos EUA em relação à China tem sido uma constante ao longo das administrações presidenciais, refletindo a importância estratégica e econômica desse relacionamento para a segurança nacional e a ordem mundial. No entanto, as abordagens de Joe Biden e Donald Trump para lidar com a China têm sido notoriamente distintas.

Consoante Hosain (2021), a relação EUA-China é uma relação hostil, porém de interdependência, em razão de que os EUA dependem da China como mercado e como uma fonte global de mão de obra já a China precisa dos EUA como investidor em suas empresas e como um mercado para vender seus produtos de baixo custo.

Inicialmente, durante sua campanha para as eleições de 2017, Trump fez acusações severas contra a China por práticas comerciais desleais e manipulação de moeda, impondo tarifas sobre produtos chineses. Em abril de 2017, as relações melhoraram

quando Trump se reuniu com o presidente Xi Jinping e discutiu um plano de 100 dias para aumentar as exportações dos EUA para a China, visando reduzir o déficit comercial (Larres 2017).

Em fevereiro de 2020, Trump implementou o Acordo Fase Um para encerrar disputas comerciais com a China, mas a maioria das tarifas impostas desde 2018 permaneceu. A abordagem de confrontação e as tarifas elevadas não reduziram o déficit comercial como pretendido, e a China justificou o não cumprimento das metas de importação devido à pandemia e à queda na capacidade produtiva dos fornecedores dos EUA (Bojikian e Marcussi 2021).

Ao tratar dos conflitos asiáticos, como o reconhecimento de Taiwan e a disputa no Mar do Sul da China, após sua eleição em 2016, Trump desafiou a política de "Uma Só China" ao conversar com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, o que irritou a China. No entanto, em fevereiro de 2017, Trump reafirmou o compromisso dos EUA com essa política em uma conversa com Xi Jinping, ajudando a aliviar as tensões entre os dois países (Larres 2017).

Em relação ao Mar do Sul da China, Larres (2017) destaca que inicialmente durante sua administração Trump não deu muita atenção às disputas territoriais na região. Todavia, reconheceu a importância do tema ao apoiar a liberdade de navegação e o direito dos países de contestar as reivindicações da China, embora não tenha adotado uma postura diretamente confrontadora nos primeiros meses de seu governo.

Em vez de se envolver profundamente em disputas regionais, o republicano Trump priorizou questões domésticas e interesses econômicos imediatos, focando em acordos comerciais e redução de déficits, enquanto frequentemente deixava de lado a resolução de conflitos externos, como a guerra na Ucrânia e as tensões no Mar do Sul da China.

Ao assumir a presidência, Biden reverteu a política unilateral de Trump e focou em reconstruir alianças internacionais para enfrentar a influência da China. Enquanto Trump acreditava na liderança dos EUA de forma isolada, Biden adotou uma abordagem multilateral, promovendo a cooperação com aliados como Japão, Índia e Austrália através do QUAD, e fortalecendo laços com a União Europeia para competir com a China (Guoping 2022).

Além de reconstruir alianças e afirmar valores, Guoping (2022) destaca que o governo Biden buscou aumentar o investimento em tecnologias de ponta e limitar o acesso da China a essas tecnologias, incluindo redes 5G seguras e novas regras tecnológicas. No campo da infraestrutura, o G7 lançou a iniciativa *Build Back Better World* para oferecer uma alternativa ao projeto *Belt and Road* da China, com ênfase em padrões elevados e transparência. O QUAD também iniciou uma parceria para apoiar projetos de infraestrutura no Indo-Pacífico, destacando a importância de padrões globais justos e abertos.

A administração Biden deu continuidade à política de nacionalismo tecnológico de seu predecessor, visto que a Lei de Inovação e Competição dos EUA de 2021 e a Lei CHIPS e Ciência de 2022, alocaram bilhões de dólares para pesquisa e fabricação de semicondutores, buscando financiar empresas americanas vulneráveis e incentivar a retirada do mercado chinês, fortalecendo a resiliência das cadeias de suprimento dos EUA (Guoping 2022).

Nesse sentido, segundo Hosain (2021) em 3 de junho de 2021, Joe Biden emitiu

uma nova ordem executiva que proibia investimentos de empresas dos EUA em firmas chinesas com supostas ligações com setores de defesa ou tecnologia de vigilância, a ampliando uma lista anterior de restrições estabelecidas durante a administração Trump e afetando 59 empresas chinesas, incluindo a gigante de telecomunicações Huawei.

Biden manteve e tentou aprimorar o Acordo Fase Um, focando na redução de barreiras não tarifárias e na abertura do mercado chinês. Ele adotou uma abordagem colaborativa para garantir o cumprimento dos termos e procurou resolver questões não abordadas por Trump, como subsídios chineses e regras para empresas estatais, equilibrando pressão econômica com estabilidade nas relações e fortalecimento das alianças internacionais (Bojikian e Marcussi 2021).

Durante a pandemia do COVID-19, Trump foi combativo com a China, acusando-a de ser a origem do vírus e prejudicando as relações bilaterais, o que permitiu à China expandir sua influência global. Em contraste, Biden adotou uma abordagem pragmática, focando no acesso a produtos médicos essenciais e prorrogando as isenções de tarifas sobre cerca de 99 categorias de produtos médicos da China até setembro de 2021 (Hosain 2021).

No entanto, embora Trump e Biden tenham adotado abordagens diferentes durante a pandemia de COVID-19, ambos mantiveram tarifas sobre produtos e tecnologias chinesas. A proteção econômica contra a China, considerada uma questão de segurança nacional, persiste independentemente da administração, refletindo preocupações com dependência estratégica e a proteção de indústrias e tecnologias sensíveis.

O governo Trump implementou uma política de imigração rigorosa, visando reforçar a segurança nas fronteiras e aumentar as deportações. Medidas incluíram deportação de imigrantes com antecedentes criminais, ampliação das operações do ICE contra gangues e traficantes, e ameaça de cortar financiamento para cidades que não colaborassem, gerando polarização entre cidades santuário e aquelas que apoiavam as políticas federais (Leite 2020).

No primeiro ano do governo Trump, houve um aumento nas prisões e deportações de imigrantes, com um aumento de 30% nas detenções administrativas e 12% nas detenções de estrangeiros criminosos. Apesar de o total de deportações ter sido menor que sob Obama, houve um aumento nas deportações de haitianos, somalis, chineses e brasileiros. Algumas regiões, como Atlanta, colaboraram mais com o ICE, enquanto outras adotaram leis de santuário para proteger seus residentes (Leite 2020).

A política de "tolerância zero" de Donald Trump, medida buscava desencorajar a imigração ilegal e reduzir solicitações de asilo, especialmente da fronteira sul, alegando que muitas eram fraudulentas, foi uma das mais controversas de sua administração, visto que levou à separação de aproximadamente 3.000 crianças de seus pais, já que os adultos detidos eram mantidos em instalações federais onde menores não são permitidos (Do Nascimento 2019).

Além disso, (Do Nascimento 2019) destaca que o governo Trump, em seu primeiro mandato, também tentou modificar o "Acordo Flores" de 1997, que limita a detenção de crianças imigrantes a 20 dias, e encerrou programas como o "Status de Proteção Temporária" (TPS) e o "Ação Diferida para Chegadas na Infância" (DACA), afetando centenas de milhares de imigrantes de países afetados por desastres naturais e crianças

trazidas ilegalmente aos EUA.

Considerando isso, atualmente, como atual candidato do partido Republicano, Trump continua com a mesma postura agressiva em relação a política de imigração. Considerando isso, durante comício de pré-campanha, o republicano sugeriu criar campos de detenção para imigrantes ilegais, criticando a postura do atual presidente Joe Biden argumentando que suas políticas não têm sido eficazes no controle da imigração, prometendo adotar uma postura mais abrangente e agressiva em relação a isso (Poder360 2024).

As medidas e discursos agressivos de Trump visam solidificar sua base eleitoral ao enfatizar uma postura rígida contra a imigração, considerada crucial para a segurança nacional. Ao criticar Biden e prometer ações como campos de detenção, Trump busca se destacar como o candidato que pode restaurar a ordem e reforçar as fronteiras, utilizando a imigração para mobilizar eleitores preocupados com as políticas atuais.

Por outro lado, Joe Biden anunciou uma nova ação executiva que permitirá a certos cônjuges e filhos não-cidadãos de imigrantes solicitar residência permanente sem deixar os EUA, beneficiando cerca de 500 mil famílias. A medida visa manter famílias unidas, facilitar a permanência de imigrantes há mais de dez anos no país, fortalecer o apelo eleitoral de Biden entre eleitores latinos e responder às críticas sobre suas políticas de imigração mais restritivas (Williams 2024).

As divergências entre Republicanos e Democratas refletem-se em ações específicas: os Republicanos defendem controle rigoroso da imigração, enquanto os Democratas promovem reformas para proteger direitos dos imigrantes. Kamala Harris, vice de Biden e agora candidata, promete ser uma presidente para "todos", defendendo o estado de direito, eleições livres e transferência pacífica do poder (CNN 2024).

Apesar da desistência de Joe Biden para se reeleger, é muito provável que Kamala Harris, caso assuma a candidatura, adote medidas semelhantes às de seu antecessor, mantendo a continuidade das políticas democratas em relação à imigração. Como vice-presidente, Harris já demonstrou alinhamento com as políticas de Biden, especialmente no que tange à proteção dos direitos dos imigrantes e à busca por soluções humanitárias para questões fronteiriças.

#### **4. Políticas comerciais sob Trump (2017) e Biden (2021): USMCA e TPP**

Neste capítulo será apresentada uma visão geral das políticas comerciais dos governos Trump e Biden. Inicialmente, examina a abordagem protecionista de Trump, destacando a renegociação do NAFTA para o USMCA e a saída dos EUA do TPP, evidenciando sua preferência por acordos bilaterais. Em seguida, analisa a política comercial de Biden, com ênfase em direitos trabalhistas e proteção ambiental, demonstrando um retorno às práticas democratas de cooperação internacional e acordos multilaterais.

Como mencionado anteriormente, os republicanos, de forma geral, possuem uma política de Estado mais protecionista e que prioriza os interesses nacionais, já os democratas favorecem a cooperação internacional e tendem a apoiar acordos multilaterais que promovem integração econômica e políticas ambientais mais sustentáveis.

Donald Trump rompeu com a tradição de livre comércio dos EUA ao adotar uma política protecionista, rejeitando a interdependência econômica global e a teoria

das vantagens comparativas. Ele justificou a saída do TPP como uma medida para proteger a economia americana, alegando que o acordo favorecia os países asiáticos e prejudicava as indústrias e trabalhadores dos EUA ao permitir a entrada de produtos estrangeiros a baixos custos (De La Peña e Álvarez Hernández 2021).

Ao assumir a presidência em janeiro de 2017, Donald Trump cumpriu sua promessa de retirar os EUA do TPP, criticado por ele durante a campanha por prejudicar os interesses nacionais. A saída dos EUA enfraqueceu o acordo, tornando-o menos atraente e permitindo que a China aumentasse sua influência na região (Vargas 2018).

Em março de 2018, os 11 países restantes assinaram o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP), que preservou a maior parte dos compromissos do TPP original, com algumas modificações devido à ausência dos EUA (Vargas 2018).

No caso do NAFTA, Trump via o acordo como um dos maiores responsáveis pelo déficit comercial dos EUA e pela perda de empregos na indústria manufatureira, particularmente no setor automotivo. Ao renegociar o NAFTA e transformá-lo no USMCA, Trump buscava redefinir os termos de comércio para proteger melhor os interesses americanos, exigindo, por exemplo, um aumento nos requisitos de conteúdo local para a produção de automóveis e melhores condições trabalhistas no México (De La Peña e Álvarez Hernández 2021).

O novo acordo comercial, USMCA, introduziu mudanças nas regras entre EUA, Canadá e México, incluindo: aumento da porcentagem de componentes de automóveis fabricados na América do Norte de 62,5% para 75%, maior acesso dos EUA ao mercado lácteo canadense, mudanças no sistema de resolução de disputas, revisão do acordo a cada cinco anos, e atualizações na proteção da propriedade intelectual e do comércio digital para refletir mudanças nas economias modernas (Grande e Lasaga 2019).

Durante seu governo em 2017, Donald Trump adotou uma abordagem nacionalista e protecionista, acreditando que os EUA estavam em desvantagem em acordos comerciais. Ele procurou corrigir o que via como concessões excessivas e falhas na proteção dos interesses econômicos americanos. Trump usou a renegociação de acordos e ameaças de retirada dos tratados como ferramentas de pressão para obter condições mais favoráveis.

Diferentemente de Donald Trump, Joe Biden tratou a relação com a Ásia-Pacífico como uma prioridade estratégica, buscando aumentar a influência dos EUA e fortalecer laços com aliados na região. Em maio de 2022, lançou o Indo-Pacific Economic Framework (IPEF) para criar uma economia mais forte e resiliente, abordando comércio, cadeias de suprimento, economia limpa e justa, visando recuperar a influência econômica dos EUA frente à crescente assertividade da China (Valdivia Caballero e Villalobos Cruz 2023).

Outrossim, Valdivia Caballero e Villalobos Cruz (2023) destacam que, junto ao IPEF, os EUA utilizam a *Free and Open Indo-Pacific Strategy* (FOIP) para reforçar sua presença na Ásia-Pacífico. A FOIP busca contrabalançar a crescente influência da RCEP, liderada pela China, promovendo uma região livre e aberta, com regras claras, liberdade de navegação e uma ordem baseada em normas, em resposta à crescente assertividade chinesa e à perda de influência dos EUA após sua saída do TPP.

Essa volta do multilateralismo pelo governo Biden foi um marco significativo

na política externa dos EUA, trazendo de volta as prioridades e interesses do partido democrata, pois sinalizou uma mudança estratégica em relação à administração anterior, que havia adotado uma postura mais isolacionista.

Nessa perspectiva, Biden enfatizou a necessidade de garantir que o USMCA beneficie os trabalhadores, incluindo um foco em questões trabalhistas, como a proteção dos direitos dos trabalhadores no México, para garantir que as empresas não se beneficiassem de condições de trabalho injustas. Ademais, o governo Biden buscou integrar considerações ambientais nas políticas comerciais, promovendo práticas sustentáveis (Plata 2022).

Dessa forma, em geral, enquanto Donald Trump adotou uma abordagem unilateral e protecionista, priorizando acordos bilaterais e a renegociação de tratados para maximizar os interesses econômicos dos EUA, Joe Biden, apesar de também sempre buscar manter os interesses do país nas relações comerciais, procurou restabelecer um compromisso com o multilateralismo, promovendo uma economia global mais integrada e sustentável.

## 5. Posse de Donald Trump em 2025: Políticas e Reformas iniciais

A vitória de Donald Trump nas eleições de 2024 marcou seu retorno à Casa Branca após uma ausência de quatro anos, em meio a um cenário político e econômico global significativamente diferente daquele em que havia deixado o cargo em 2021. Como já mencionado, desde sua primeira presidência em 2017, Donald Trump se destacou por adotar uma postura de confronto com a comunidade internacional. Em 2025, mesmo com o cenário mundial diferente, ele manteve essa postura, sem grandes mudanças em relação aos seus mandatos anteriores, como será observado ao longo desse capítulo.

Este capítulo abordará os principais eventos de sua administração desde o retorno à presidência, com foco em política interna e externa. Será analisado sua posição e atuação na guerra Rússia-Ucrânia, relações com a China e tarifas comerciais, e ao final as políticas de imigração.

Desde que assumiu a presidência em 20 de janeiro de 2025, o presidente republicano buscou meios para acabar com a guerra na Ucrânia. A primeira medida que simbolizou isso foi a reunião em Riade, capital da Arábia Saudita, onde o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e o chanceler russo, Serguei Lavrov, se reuniram e concordaram em nomear equipes de alto nível para iniciar o processo de paz, a fim de acabar com a guerra (Fato 2025).

Algumas semanas depois, o presidente dos EUA, Donald Trump e seu vice, JD Vance, se reuniram com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e tiveram um encontro tenso no Salão Oval da Casa Branca em 28 de fevereiro de 2025. A reunião, que visava a assinatura de um acordo para a exploração de recursos minerais na Ucrânia, foi marcada por discussões acaloradas e trocas de acusações. Trump pressionou Zelensky a aceitar os termos do acordo, afirmando que os EUA poderiam retirar seu apoio caso não houvesse um entendimento. Ademais, Trump classificou Zelensky como "desrespeitoso", intensificando o clima de tensão entre os dois líderes (Freitas e Leite 2025).

Segundo G1 (2025a), após a reunião, Zelensky adotou uma postura conciliadora, buscando evitar um rompimento total com os EUA. Em pronunciamentos públicos,

ele reforçou sua gratidão pelo apoio militar e econômico recebido até então, ao mesmo tempo em que buscava manter abertas as negociações sobre a exploração dos recursos minerais ucranianos. No entanto, a tensão entre os dois líderes se agravou quando, em 15 de março de 2025, Trump anunciou novas restrições ao envio de armamentos para a Ucrânia, alegando a necessidade de priorizar os interesses americanos.

Em resposta, Zelensky intensificou suas articulações diplomáticas com líderes da União Europeia e do Reino Unido, buscando alternativas para compensar a redução da assistência militar americana. No fim de março, diante da crescente pressão internacional, Trump sinalizou uma reavaliação da sua política em relação à Ucrânia, declarando que os EUA continuariam a apoiar o país, mas que esperava "mais compromisso" por parte de Zelensky em relação a questões estratégicas, incluindo a exploração dos recursos minerais (G1, 2025a).

Recentemente, Os EUA apresentaram à Rússia uma proposta de cessar-fogo, que foi aceita pela Ucrânia em uma reunião realizada na Arábia Saudita. O acordo prevê uma interrupção temporária dos ataques aéreos e marítimos por 30 dias, com possibilidade de prorrogação. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, destacou que agora a decisão está com a Rússia. O presidente ucraniano, Zelensky, expressou apoio à proposta, mas cobrou esforços dos EUA para convencer Putin a aceitá-la. A proposta inclui a retomada de ajuda militar e compartilhamento de informações de inteligência com a Ucrânia (Tiossida 2025).

A resposta da Rússia ao cessar fogo proposto foi o esperado, visto que impôs várias condições para aceitar a proposta de cessar-fogo. Entre as exigências de Putin estão o reconhecimento dos territórios ucranianos invadidos como pertencentes à Rússia, a proibição da entrada da Ucrânia na OTAN e o veto à entrada de tropas de paz estrangeiras no território ucraniano. Além disso, a Rússia questiona detalhes sobre o monitoramento do cessar-fogo e se a Ucrânia continuará a receber apoio militar durante a pausa nos combates (Médici 2025).

Apesar dos esforços diplomáticos dos EUA para mediar um cessar-fogo, as exigências da Rússia complicaram as negociações e mantiveram a incerteza sobre o fim do conflito. A postura firme de Trump em condicionar o apoio à Ucrânia a interesses estratégicos americanos gerou tensões, mas também incentivou Zelensky a fortalecer alianças com a União Europeia. Enquanto isso, a Rússia continua impondo condições que dificultam um acordo definitivo, mantendo a guerra em um impasse. Esse atual cenário reforça a complexidade da política externa americana sob Trump, marcada por pragmatismo e confronto.

Mesmo durante o governo Biden, a relação dos EUA com a China era conturbada com uma forte disputa comercial, ao assumir a presidência em 2025, Trump anunciou medidas contra a China intensificando o conflito entre as principais potências mundiais.

Inicialmente, Trump impôs tarifas de 10% sobre todas as importações chinesas, justificando a medida como uma forma de proteger a economia norte-americana e reduzir o déficit comercial. Em resposta, a China retaliou imediatamente, aplicando taxas sobre produtos essenciais dos EUA, como petróleo, gás natural e maquinário agrícola. O conflito se agravou quando Trump dobrou as tarifas sobre produtos chineses para 20% e ampliou as sanções comerciais, o que levou Pequim a expandir suas restrições contra empresas norte-americanas (G1, 2025b).

Além da China, Trump adotou uma postura agressiva contra outros parceiros comerciais, impondo tarifas de 25% sobre importações do Canadá e do México, o que gerou forte reação diplomática, levando a negociações que resultaram em adiamentos temporários das tarifas, especialmente para setores estratégicos como a indústria automobilística (G1, 2025b).

A guerra comercial também impactou o setor de tecnologia, com a China iniciando investigações contra empresas americanas, enquanto Trump adotava medidas para proteger setores estratégicos, como o de metais e madeira. Apesar dos alertas de economistas sobre os riscos dessas políticas para a economia global, Trump manteve sua postura, alegando que os impactos seriam temporários e que as tarifas beneficiariam a economia norte-americana a longo prazo (G1, 2025b).

Em relação as políticas de migração, Trump continuou com a mesma postura agressiva de 2018. No seu discurso de posse de 2025, o republicano anunciou medidas rigorosas sobre imigração, incluindo a declaração de emergência nacional na fronteira com o México e o envio das forças armadas para impedir a entrada ilegal de imigrantes. Ele também reintroduziu a política "Remain in Mexico", obrigando os imigrantes que pedem asilo a aguardarem a decisão em território mexicano (Sanchez 2025).

Outrossim, o atual presidente americano assinou uma série de ordens executivas, mesmo que elas apresentem obstáculos legais, indicam a posição de Trump em relação a questão da migração. A primeira seria envio de até 30 mil imigrantes irregulares para a prisão de Guantánamo, o que é uma medida criticada por organizações de direitos humanos. A segunda medida seria a abolição do direito a cidadania por nascimento, mas essa medida foi bloqueada por um juiz federal. A terceira medida seria declara emergência nacional na fronteira sul, com o México, e por fim a quarta e última medida seria restrição ao direito de refúgio (Eisele 2025).

Essas políticas migratórias de Donald Trump refletem sua visão de um Estado forte e protecionista, priorizando a segurança nacional em detrimento dos direitos humanos e dos compromissos internacionais. Apesar de suas ações enfrentam desafios legais e resistência da sociedade civil, ele usa a migração como instrumento político, reforçando sua base eleitoral conservadora.

Isso revela uma contradição fundamental entre o discurso tradicional dos EUA como defensor da liberdade e dos direitos humanos e a prática de sua política migratória sob a liderança de Trump. Historicamente, os EUA se posicionam como um mediador global em questões humanitárias, promovendo a democracia, os direitos individuais e a estabilidade internacional.

## 6. Conclusão

O presente artigo analisou a evolução da política externa dos EUA, com um foco particular nas diferenças e semelhanças entre as administrações republicanas e democratas ao longo das últimas décadas. A partir da introdução das abordagens dos partidos e seus reflexos na política externa dos EUA, exploramos os impactos históricos e recentes das presidências de Donald Trump e Joe Biden.

No primeiro capítulo, delineamos as tradições e diretrizes fundamentais das políticas externas republicana e democrata, demonstrando como as prioridades e estratégias mudaram ao longo do tempo, refletindo os interesses específicos de cada partido e suas

áreas de convergência e divergência, mostrando que, apesar das diferenças ideológicas, ambos os partidos compartilham preocupações comuns, como a segurança nacional e a estabilidade global. Entretanto, suas abordagens para enfrentar desafios como o crescimento da China, a guerra Rússia-Ucrânia, questões migratórias e outros conflitos regionais frequentemente diferem, refletindo visões distintas sobre o papel dos EUA no mundo.

O segundo capítulo examinou como Trump (2017) e Biden (2021) lidaram com os conflitos internacionais recentes, destacando a postura isolacionista de Trump, voltada para maximizar os interesses nacionais, em contraste com a tentativa de Biden de restaurar o envolvimento americano e fortalecer alianças. No terceiro capítulo, discutimos as divergências em políticas comerciais: Trump adotou um enfoque protecionista, renegociando acordos como o NAFTA, enquanto Biden favoreceu o multilateralismo, lançando o Indo-Pacific Economic Framework e reforçando a presença dos EUA na Ásia-Pacífico.

E por fim, no quarto capítulo foi realizada uma breve análise da administração de Trump, desde sua posse em janeiro até março do ano 2025, considerando os principais acontecimentos. Ao final, se comprovou até então a continuidade de uma política externa e interna desafiadora e unilateral, onde suas decisões tentam fortalecer a posição dos EUA, mas ao mesmo tempo geram consequências diplomáticas e internas significativas.

Durante o governo Trump, a política externa isolacionista refletiu uma tendência crescente dentro do Partido Republicano de priorizar os interesses internos, como economia e segurança. Embora tenha sido eficaz em alguns pontos, essa estratégia enfraqueceu a posição global dos EUA, ao afastar-se de alianças como a OTAN e o Acordo Climático de Paris, sinalizando um menor compromisso com a estabilidade internacional. Ainda, as medidas tarifárias adotadas contra países emergentes geraram uma cadeia de retaliações comerciais, visto que com a ascensão da multipolaridade no cenário internacional, esses países começaram a responder de forma recíproca, enfraquecendo o sistema multilateral e ampliou a busca por novas parcerias econômicas fora da influência americana.

Já a eleição de Joe Biden em 2021 surgiu como uma tentativa de restaurar a confiança global na liderança dos EUA, após os anos de isolamento e unilateralismo de Donald Trump. Biden prometeu reconstruir alianças e reforçar a presença internacional do país, enfatizando a importância do multilateralismo e da diplomacia. No entanto, o cenário global tornou-se mais complexo, com a ascensão de potências como a China e a Rússia, a recuperação econômica pós-pandemia, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a guerra entre Israel e Hamas.

No sistema internacional, Biden procurou restaurar a imagem dos EUA como líder global, defendendo uma postura mais colaborativa e menos centrada no isolamento. Entretanto, apesar de algumas questões continuaram a ser moldadas pela agenda de Trump, como sua postura competitiva em relação a China, o democrata buscou adotar uma abordagem mais diplomática e multilateral do que seu antecessor.

A tendência é que Donald Trump, considerando suas ações nesse início de mandato em 2025, mantenha e até amplie suas políticas de isolamento econômico e militar, focando fortemente na maximização dos interesses internos dos EUA, como o fortale-

cimento da indústria nacional e a segurança fronteiriça.

Esse estudo examina como as administrações de Trump e Biden moldaram a posição dos EUA globalmente, refletindo as diferenças entre as abordagens republicana e democrata. Compreender essa evolução é crucial para analisar o impacto das decisões presidenciais nas relações internacionais, acordos comerciais, conflitos e estabilidade global. A análise das escolhas de liderança e suas consequências oferece uma visão sobre o papel futuro dos EUA em um cenário internacional cada vez mais complexo e multipolar.

Recebido em: 09/09/2024.

Aprovado em: 23/03/2024.

## Referências

- Al Jazeera. 2024. The United States Says It Will Supply Patriot Air Defence Missile Systems to Ukraine as Part of a \$6bn Additional Aid Package. Acedido em 15 de agosto de 2024. <https://www.aljazeera.com/news/2024/4/27/us-to-provide-patriot-missiles-to-ukraine-as-part-of-6bn-defence-aid>.
- Alarcon, Danillo. 2012. Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília.
- Batista, Denise da Silva. 2023. *O papel da democracia na construção da política externa do governo Biden*.
- Bojikian, N. M. P. e R. Marcussi. 2021. EUA e China na Disputa Comercial e na Competição Tecnológica: De Trump a Biden. Em *De Trump a Biden: Partidos, Políticas, Eleições e Perspectivas*, editado por S. C. VELASCO e N. M. P. BOJIKIAN, 125–152. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- CNN. 2024. Kamala Harris Aceita Indicação do Partido Democrata e Diz que Será ‘Presidente para Todos’. Acedido em 26 de agosto de 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/kamala-harris-aceita-indicacao-do-partido-democrata-para-disputar-a-presidencia/>.
- Conde, L. C. D. 2015. Continuidades da Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Os Imperativos da Democracia e do Mercado. *Conjuntura Austral* (São Paulo) 6 (29): 75–96.
- Costa Neto, Arnaldo Alves da. 2010. *A Política Externa Norte-Americana após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001*.

- Crawford, Jamie. 2022. EUA autorizam liberação de mais US\$ 350 milhões em assistência à Ucrânia. Acedido em 14 de agosto de 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-autorizam-liberacao-de-mais-us-350-milhoes-em-assistencia-a-ucrania/>.
- De La Peña, R. M. B. e F. A. Álvarez Hernández. 2021. El Libre Comercio y la Política Proteccionista en la Era de Trump. Em *El Reajuste de la Economía Mundial*, editado por J. A. SÁNCHEZ DAZA e R. M. B. DE LA PEÑA, 147. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Biblioteca de Ciencias Sociales y Humanidades.
- Do Nascimento, J. L. S. 2019. Nativismo e Imigração nos EUA: Uma Análise da Política de ‘Tolerância Zero’ de Imigração de Donald Trump de 2017 a 2018. *Portal de Trabalhos Acadêmicos* 11 (2).
- Doria, P. 2008. Eleições nos EUA. *GV-Executivo* (São Paulo) 7 (2): 38–41.
- Eisele, Ines. 2025. O que os decretos de Trump significam para os imigrantes? Acedido em 18 de março de 2025. <https://www.dw.com/pt-br/o-que-os-decretos-de-trump-significam-para-os-imigrantes/a-71490942>.
- Euronews. 2024. Trump Vai ‘Encorajar’ a Rússia a Atacar os Estados da NATO que Não Gastem o Suficiente. Acedido em 16 de agosto de 2024. <https://pt.euronews.com/2024/02/12/trump-vai-encorajar-a-russia-a-atacar-os-estados-da-nato-que-nao-gastem-o-suficiente>.
- Faria, Débora Jacintho de. 2016. Crise de 1929: convergências e divergências entre o Partido Democrata e o Partido Republicano nos Estados Unidos.
- Fato, Brasil de. 2025. Reunião na Arábia Saudita sobre guerra na Ucrânia sela entendimento entre EUA e Rússia. Acedido em 17 de março de 2025. <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/18/reuniao-na-arabia-saudita-sobre-guerra-na-ucrania-sela-entendimento-entre-eua-e-russia>.
- Freitas, Gustavo e Rafael Leite. 2025. Trump pressiona Zelensky na Casa Branca: ‘Faça um acordo ou estamos fora’. Acedido em 17 de março de 2025. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/02/28/trump-pressiona-zelensky-na-casa-branca-faca-um-acordo-ou-estamos-fora.htm>.
- G1. 2025a. Do bate-boca ao acordo de cessar-fogo: os altos e baixos da relação entre Ucrânia e o governo Trump. G1. Acesso em: 17 mar. 2025. <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/03/12/do-bate-boca-ao-acordo-de-cessar-fogo-os-altos-e-baixos-da-relacao-entre-ucrania-e-o-governo-trump.ghtml>.
- . 2025b. Trump e a guerra comercial: entenda a linha do tempo. G1 - Economia. Acesso em: 17 mar. 2024. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/03/10/trump-guerra-comercial-entenda-a-linha-do-tempo.ghtml>.
- Garden, Rose. 2017. Statement by President Trump on the Paris Climate Accord. Acedido em 1 de agosto de 2024. [https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/?utm\\_source=link](https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/?utm_source=link).
- Grande, Elisa García e José Luis Echevarría Lasaga. 2019. USMCA: uma primeira aproximação ao novo NAFTA. *Boletín Económico de ICE* (México), número 3110, 1–15.
- Guoping, G. U. 2022. Three Pillars in the Biden Administration’s China Strategy: Allies, Values, and High-Tech. *International Relations* 10 (6): 277–285.

- Hersman, R. K. C. 2012. *Friends and Foes: How Congress and the President Really Make Foreign Policy*. Brookings Institution Press.
- Hosain, M. D. 2021. US-China Trade Relationship Under Joe Biden Administration: A Theoretical Prediction. *International Journal of New Political Economy* 2 (2): 229-237.
- Johnson, R. D. 2005. *Congress and the Cold War*. Cambridge University Press.
- Larres, Klaus. 2017. Donald Trump and America's Grand Strategy: US Foreign Policy Toward Europe, Russia and China. *Global Policy*, 1-19.
- Leite, Caroline Silva. 2020. Política de imigração nos EUA: uma análise do governo Trump — mudança ou continuação. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal de Uberlândia.
- Leite, D. F. da S. 2006. A Política Externa dos EUA para a China. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco.
- Lewis, Verlan. 2017. The President and the Parties' Ideologies: Party Ideas About Foreign Policy Since 1900. *Presidential Studies Quarterly* 47 (1): 27-61.
- Médici, D. 2025. Rússia exige anexar um quinto do território da Ucrânia para aceitar cessar-fogo; veja exigências. Acedido em 17 de março de 2025. <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/03/15/russia-exige-anexar-um-quinto-do-territorio-da-ucrania-para-aceitar-cessar-fogo-veja-exigencias.ghtml>.
- Morgan, David e Andy Sullivan. 2024. Trump Criticizes Ukraine Aid, Talks Tax Cuts and Tariffs with Republicans. Acedido em 16 de agosto de 2024. <https://www.aol.com/news/trump-arrives-capitol-hill-meet-100616846.html>.
- Paulino, Luís Antonio e Marcos Cordeiro Pires. 2021. A competição entre Estados Unidos e China e o governo Biden. Em *Trabalho e Geopolítica Global*, editado por Giovanni Alves, 47-70. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- Plata, A. M. R. 2022. La geopolítica del libre comercio: impacto de la guerra comercial entre China e EUA na renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). *Revista Peruana de Derecho Internacional* (Lima), número 170, 101-119.
- Poder360. 2024. Trump Propõe Criar Campos de Detenção para Imigrantes Ilegais. Acedido em 26 de agosto de 2024. <https://www.poder360.com.br/internacional/trump-propoe-criar-campos-de-detencao-para-imigrantes-ilegais/>.
- Rosa, Luciana. 2024. Joe Biden Inicia Cúpula da OTAN com Discurso Enérgico e Anúncio de Ajuda Histórica para a Ucrânia. Acedido em 15 de agosto de 2024. <https://www.rfi.fr/br/mundo/20240710-joe-biden-inicia-c%C3%BApula-da-otan-com-discurso-en%C3%A9rgico-e-an%C3%Bancio-de-ajuda-hist%C3%B3rica-para-a-ucr%C3%A2nia>.
- Sanches, Mariana. 2025. Posse de Trump: medidas contra imigrantes e as outras prioridades do presidente dos EUA. Acedido em 18 de março de 2025. <https://www.opovo.com.br/agencia/bbc/2025/01/20/posse-de-trump-medidas-contr-imigrantes-e-as-outras-prioridades-do-presidente-dos-eua.html>.
- Segarra, María Serrano. 2010. La crisis económica de 1929: Roosevelt y el New Deal. *Revista de Sociales y Jurídicas*, número 6, 112-130.

- Tiossida, Saulo. 2025. Estados Unidos levam proposta de cessar-fogo aceita pela Ucrânia à Rússia: É o passo mais avançado na direção de uma trégua em três anos de guerra. Acedido em 17 de março de 2025.
- Tota, Antonio Pedro. 2008. Origens do bipartidarismo: uma tentativa de entender as eleições norte-americanas. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), número 27, 69–76.
- Trellis, Camilo Barcia. 1952. Guerra fría y elecciones presidenciales norte-americanas. *Revista de Política Internacional*, número 10, 55–78.
- Valdivia Caballero, Virginia Leticia e Karla Villalobos Cruz. 2023. ¿EUA regressa a Asia Pacífico? Los acuerdos comerciales regionales en la política exterior de la administración Biden. Em *Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM*, 35–52. Ciudad de México.
- Vargas, Elizabeth. 2018. La Alianza del Pacífico y el TPP: la autonomía relacional como estrategia ante el escenario Trump. Em *Anuario de la Integración Latinoamericana y Caribeña 2015*, editado por Jaime Antonio Preciado Coronado, 167–178. Guadalajara: ITESO Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente.
- Vidal, Camila Feix. 2018. Polarização partidária e política externa nos Estados Unidos (1936–2012). *Revista Brasileira de Ciência Política* (São Paulo), 167–204.
- Williams, Michael. 2024. Joe Biden Amplia Proteção a Imigrantes Sem Documentos em Ano Eleitoral. Acedido em 26 de agosto de 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/joe-biden-amplia-protecao-a-imigrantes-sem-documentos-em-ano-eleitoral/>.